

BRASIL — UM PAÍS SEM ESPERANÇA?

Mário Ferreira dos Santos

São Paulo, SP — Brasil

Homenagem Póstuma

"Brasil — Um País sem Esperança?" é um manuscrito que nos deixou Mário Ferreira dos Santos, falecido em 11 de abril de 1968, aos 61 anos de idade. Publicamos este manuscrito inédito como homenagem ao conhecido Filósofo brasileiro, autor de mais de 70 obras filosóficas. Contendo alguns aspectos fenomenológicos do homem brasileiro, a presente pesquisa fica inserida na I Dimensão do Tema geral da semana Filosófica, como uma valiosa contribuição para a nossa reflexão construtiva.

O manuscrito foi elaborado nos anos de 1964/65, quando declarava o Pensador: "... idéias pouco construtivas invadem o ambiente cultural brasileiro" e "... atravessamos um dos momentos mais difíceis de nossa história". Por conseguinte, o trabalho deve ser interpretado, colocando-se no quadro das circunstâncias daquela época.

Considerando a falta de preparo intelectual e cívico de nosso povo e desejando levar, sobretudo à juventude, o conhecimento de nossa realidade, o Prof. Mário Ferreira dos Santos escreveu esta obra como parte da coleção: "UMA NOVA CONSCIÊNCIA", cuja finalidade era abrir novos horizontes à nossa consciência, uma consciência do Brasil. Ela seria completada com a obra: "Brasil, País de Exceção", em uma seqüência de estudos referentes a nossa terra, que revelaria o caráter de excepcionalidade que é peculiar ao Brasil. Após uma análise em profundidade, quis finalizar com um vasto estudo concreto da realidade brasileira. Mas, infelizmente, só uma parte do manuscrito ficou terminada.

A morte surpreendeu o Pensador em seu trabalho.

Entretanto, o que conseguiu no campo editorial, numa luta insana para despertar em cada brasileiro o interesse pela cultura,

especialmente pela Filosofia,, é a prova cabal de seu amor pelo saber. Justifica, pois, a homenagem póstuma que prestamos ao Pensador, que dedicou quase 40 anos à atividade filosófica.

Redação

I — PANORAMA GERAL DO MUNDO E DO BRASIL

A perplexidade do homem moderno em face do panorama do seu mundo, que se apresenta para ele não só comparando-o com o passado nem com as possibilidades do futuro, mas também, sobretudo, quanto à realidade do presente, é um tema que preocupa a todas as consciências no momento atual.

O desenvolvimento que verificamos no decurso da História, desde g, Idade Média, através do Renascimento, e da Idade Moderna, chamada a Idade Contemporânea, verificamos, sobretudo no Ocidente, que, à proporção que o ser humano foi encontrando soluções de caráter técnico e científico, que beneficiaram sumamente as populações e resolveram inúmeros de seus problemas, contudo as grandes e mais profundas preocupações continuaram de pé. O homem não conseguiu resolver a seu contento aqueles mesmos problemas que aguçavam a sua curiosidade, que desafiavam a sua inteligência, no referente não só ao sobrenatural como também quanto a sua própria realidade.

Sem dúvida nós observamos uma linha ascensional impressionante, que se deve ao progresso científico das grandes descobertas, não só sobre o nosso planeta como sobre o universo inteiro, como também as tremendas expansões dentro da própria alma humana, invadindo-lhe os mais recônditos lugares, onde parecia ser impossível que nós, com os meios de que dispúnhamos, seríamos capazes de penetrar; mas, simultânea e paralelamente ao desenvolvimento desses conhecimentos e dessas conquistas — porque a ciência se transformou, na mão do homem ocidental, numa técnica de domínio das coisas, do mundo e do próprio homem — os problemas mais agudos, mais exigentes, as perguntas que lhe aguçaram a curiosidade através dos tempos, continuaram em pé, não encontrando respostas satisfatórias de modo suficiente a apaziguar o seu espírito.

E, à proporção em que ele foi encontrando soluções para uma série de problemas de caráter técnico-científico, sua inquietação permaneceu e permanece, no referente ao que ele é, ao que ele significa, qual o seu verdadeiro papel e também o que o ultrapassa, o que o transcende, que continua exigindo-lhe respostas, um reexame das respostas religiosas e das respostas filosóficas, já que ele sente que a própria ciência não seria meio suficiente para lhe dar a solução desejada.

Também o aumento de bem-estar, as conquistas materiais, que pareciam ser suficientes para dar ao homem um estado de tranqüilidade, de segurança, aumentaram a sua própria insegurança e ampliaram a faixa de preocupações; e o homem verificou que a paz, a verdadeira paz, a mais desejada, a mais profunda, não era alcançada em nenhum setor, nem no mundo econômico, nem no mundo sociológico, nem no mundo psicológico, nem no mundo religioso, nem no mundo místico.

Sem dúvida, não há conceito de que todos usem tanto e tão poucos saibam o que realmente significa como o conceito de paz.

Para muitos a paz nada mais é que a ausência da luta cruenta entre os seres humanos, organizados ou não; a paz seria apenas a ausência do choque dos contrários, seria a ausência das oposições, seria apenas a estagnação, o que não é genuinamente o que se deve entender por paz.

Ora, se se estudar devidamente este conceito, como muitos o fizeram, e o fizeram em profundidade, verifica-se que ele realmente se funda na vontade e implica uma tranqüilidade na ordem, não, porém, necessariamente na aniquilação dos opostos, nem do choque das antinomias, nem do pólemos das oposições.

A paz implica, necessariamente, a concórdia; implica a união, ou, pelo menos, a cooperação dos opostos, para alguma realização, para a consecução de algo que não venha em prejuízo da natureza dos opostos; ou em suma, para atingir resultados que sejam convenientes à natureza dos oponentes.

Se a paz entre os homens não pode evitar a nítida compreensão da justiça, também a paz dentro do homem não pode evitar a mesma compreensão. Não nos adianta permanecer dentro de uma paz meramente aparente, uma paz dos túmulos. O que nós desejamos, e realmente o desejamos, e é o que realmente devemos desejar, é a paz que se estabelece na feliz cooperação dos opostos, de modo a que os resultados obtidos sejam convenientes, benéficos aos termos que entram nessa oposição, e que possam, deste modo, não só ampliar os benefícios próprios, como estabelecer, também, bases mais seguras para a sucessão dos acontecimentos; não só dos oponentes, como do que venha a decorrer no desenvolvimento do tempo. Mas uma paz mais verdadeira e mais desejada que aquela que apenas nos tranqüiliza dentro do campo das coisas de que necessitamos, que cria uma tranqüilidade na ordem de consecução desses mesmos bens, mas, sobretudo, aquela paz que tranqüiliza a nossa mente, que dá serenidade ao homem, interiormente, aquela paz que sobrevém quando o ser humano consegue compreender a si mesmo, saber qual o seu papel, ter uma noção clara do seu destino e ter confiança de que o

que realiza, o que propõe, o que empreende não venham trazer amanhã, resultados adversos, perniciosos. A verdadeira paz é aquela que se funda, não só nos corações, não só na afetividade humana mas, sobretudo, na mente superior do homem, nas suas idéias, nas suas concepções, na sua maneira de interpretar as coisas.

Realmente esta foi sempre a aspiração do homem; ele aspirou à paz em toda a gama de suas possibilidades, e alcançar um desfecho que fosse a plenitude da tranqüilidade de sua alma, de seu espírito, de sua mente; aquela paz prometida na bem-aventurança de todas as grandes religiões dos ciclos culturais superiores, aquela paz que consiste, propriamente, no termo final anelado por todos os homens que se dedicaram ao estudo das nossas visões transcendentais.

O que é fundamental no ser humano é, sem dúvida, o sentir-se um ser inseguro e também o que é mais fundamental do seu anelo é a segurança. A *insecuritas*, tema tão profundamente analisado pelos místicos da Idade Média, é o *index* mais perfeito do que somos em nossa última realidade. Porque somos deficientes, contingentes, sujeitos aos azares dos acontecimentos, dispondo de meios defensivos mínimos, e ainda agravados pela nossa ignorância que faz com que nos sintamos inseguros, não só quanto ao nosso presente, mas, sobretudo, quanto ao futuro; este estado de insegurança nos acompanha desde que nascemos e certamente desde que fomos gestados. Mas depois que passamos por aquele estágio de certo amparo e de certa segurança de nossa vida intra-uterina, o próprio trauma do nosso nascimento a nossa súbita penetração no mundo que nos parece hostil, inóspito, contrário, deve-nos marcar profundamente este sentir da nossa insegurança e, desde então, não mais nos abandona, está presente em todas as nossas aspirações, está presente em todas as nossas realizações, porque tudo o que o homem fez, tudo quanto o homem construiu, tudo quanto imaginou tem sempre o estigma, da sua insegurança, a exigir-lhe soluções que possam diminuir e até terminar esse estado em que ele se encontra de verdadeira trepidação, de verdadeiro medo ante o seu estado atual e sobretudo ante o seu futuro. O homem é, assim, também filho da insegurança. Não pode nem deve desprezá-la, porque não só é uma exigência invariante da sua natureza, como também ela constantemente o interroga e o açula para que encontre a solução de um instante que perdure, que ultrapasse o presente, que invada o futuro, e que lhe assegure aquele estado de equilíbrio, de concórdia, e de reconciliação que o homem deseja.

Não se poderia compreender essa ansiedade pela paz que anima todos, em todos os tempos, se nós não fôssemos, por natureza, seres inseguros, seres dominados pela insegurança, e também seres que, ao perscrutar o futuro, nem sempre dispõem de meios suficientes para

poder saber o que devemos fazer para evitar os perigos que nos ameaçam, tanto os reais como, sobretudo, os imaginários.

A psicologia de profundidade deve, mais do que nunca, preocupar-se com esse tema, porque se, ao mesmo tempo, o ser humano se apresenta para nós como uma entidade contraditória, já que é sem dúvida anelante de paz e tranqüilidade, ao mesmo tempo é agressivo e contendor, ao mesmo tempo é contricante, parece-nos que ele se balança entre duas tendências primordiais, fundamentais, originárias: uma que aspira à paz, à tranqüilidade, à concórdia, e, ao mesmo tempo, a que aspira à luta, à discórdia, ao ódio, ao *pólemos*. Não foram poucos os filósofos que, ao se dedicarem a esse estudo, estabeleceram-se ante a grande messe de razões favoráveis à paz, mas também a grande messe de razões favoráveis à guerra. Viram que o homem era um ser que se balançava entre motivações opostas, umas que buscavam a concórdia, outras que aspiravam pela discórdia. Então não souberam resolver esse problema ante essa oposição, concluindo uns que o homem é por natureza um ser pacífico e outros que o homem é por natureza um ser guerreiro. A verdade, porém, a mais profunda verdade psicológica, é aquela que sintetiza os opostos, que participa dos opostos, que é *partim partim*. É o homem, simultaneamente, um ser aspirante de paz, e um ser aspirante de guerra, um ser que aspira à concórdia e também à discórdia, um ser que ama e um ser que odeia. E essas oposições não podem ser liquidadas; todas as tentativas de destruir uma em benefício da outra malograram, porque quiseram violentar o que era da condição do próprio homem.

Em face dessa realidade, só nos cabe procurar a solução coooperadora entre os opostos, aquela que possa encaminhar-nos de modo que eles sejam convenientes à própria natureza do homem, não só considerado na sua estaticidade, mas também na sua dinamicidade, na sua cinematicidade; não só como indivíduo, mas também como componente de uma totalidade, de um grupo, de uma série, de um sistema e do universo cultural. Essas oposições colocam o homem aparentemente numa situação insolúvel e parecem indicar que jamais encontrará uma forma de fazer coincidir os opostos numa realização cooperacional. É um postulado que exige uma demonstração apodítica, uma demonstração fundada em princípios sobre os quais não possa pairar a menor dúvida. E isto, esta demonstração, nenhum dos partidários dessa posição até hoje conseguiu fazer dentro das exigências rígidas; de uma demonstração profundamente lógica e dialética.

Muitos poderão dizer, contudo, que também a prova dessa cooperação entre os opostos não foi feita. Mas essa cooperação entre os opostos não exige tal prova, porque tem se evidenciado pela própria experiência humana. Temos encontrado na vida social humana a

oposição entre os contricantes, o *pólemos*, contribuindo para realizar obras proveitosas. Contudo, nós não podemos deixar de reconhecer que a época em que nos encontramos se caracteriza por esse aspecto; o homem de hoje, como o homem de sempre, de todas as eras, aspira pela paz e, no entanto, também tudo faz para fomentar a guerra, a luta, a discórdia.

E ao verificar esse estado de coisas, e não sabendo como dar uma solução às suas condições, a essa inevitabilidade dos opostos ele entra em estado de desesperança, ou seja, não espera, não aguarda, não se detém antes de tudo com a certeza de que lhe dará de modo seguro aquele estado de paz por ele desejado. Esse é o verdadeiro panorama que encontramos no mundo atual; e a heterogeneidade, que ele revela, é apenas de caráter inconsciente. Em alguns povos notamos que o ímpeto guerreiro ou pacífico é mais acentuado que em outros mas, extensivamente, se há um impulso de discórdia, de ódio, de guerra, há uma profunda aspiração da paz, que vem relatado, testemunhado, desde que temos consciência de nós mesmos dentro da história, por todos os movimentos de aspiração por um mundo melhor, em que os homens possam olhar face a face, olhos sobre os olhos, os braços estendidos de uns para os outros num amplexo fraternal, e que possam dizer com o coração e com as palavras: irmãos, somos amigos, trabalhemos juntos, construamos juntos um mundo melhor para todos nós.

Essas palavras incluem dentro delas uma longa problemática, que vamos começar agora a analisar nos próximos capítulos, para depois, de posse desses elementos tomados analiticamente, aproveitá-los para fazer um estudo concreto da nossa realidade, da realidade brasileira, e podermos dar uma resposta a essa pergunta: Brasil, um país sem esperança?

II — A INSEGURANÇA

Tema realmente sugestivo e impressionante é sem dúvida este da insegurança humana. Fazendo parte de toda a nossa vida, é como uma dimensão de nós mesmos; somos inseguros por natureza, pelo trauma de nosso nascimento e pela nossa situação ante o *mundo*, para o qual não é o ser humano provido de suficientes instintos que o possam auxiliar com a garantia de que atinja os fins, não só os colimados pela espécie, mas também aqueles que são benéficos ao indivíduo.

A perplexidade é um sinal do próprio espanto que a vida nos provoca. Desde os nossos primeiros sinais, os primeiros vestígios de nossa consciência, nós nos sentimos inseguros ante o mundo, que

provoca em nós as mais tremendas interrogações, sem que saibamos dar as respostas devidas de que precisamos. Nenhum ser exige tanto e tão prolongado amparo como nós. Levar uma vida humana avante exige cuidados, exige *cura*, porque a nossa vida é insegura; a *insecuritas*, que nos envolve, está sempre a exigir o máximo de *securitās* para que possamos sobreviver e preparar-nos para uma adaptação ao mundo e aprender a adaptá-lo aos nossos interesses; por isso o homem precisa receber uma educação, é educado, conduzido para a frente, para diante. Ele tem de receber ensinamentos dos mais experientes e daqueles que o amparem, que normalmente são seus pais; tem de ser amparado em todos os seus movimentos e também para atender às suas mais mínimas necessidades. Entregue a si mesilho e à natureza, ele não resistiria; e não resistiria, não somente no momento em que nasce, como ainda por um prolongado tempo, até que adquira a técnica e os meios sistemáticos e com eles possa conseguir os bens de que necessita e anseia possuir.

Não há necessidade de procurarmos na história humana os Vestígios dessa insegurança porque ela é tão patente que se revela a cada passo e em cada uma de nossas obras; nada há que traga a marca do homem, que é precisamente a presença da sua vontade e do seu entendimento, que não esteja contaminado, também, pela presença da insegurança. O próprio desenvolvimento humano, a sua capacidade de modificações técnicas, as suas conquistas, o domínio que ele termina por exercer sobre as coisas, tudo isso seria impossível se não fosse um ser inseguro, anelante de segurança. Se quisesse assistir à fidelidade dos instintos: e à disponibilidade de forças suficientes para enfrentar o meio ambiente, o homem estacionaria como estacionam os animais. A sua insegurança, por sua vez, obriga-o a desenvolver a sua inteligência, a saber aplicá-la cada vez mais para conquistar o domínio das coisas, a construir instrumentos por meio dos quais ele exercerá a sua força como causa eficiente, a fim de produzir, de conduzir para a frente, tudo quanto ele necessita para o seu bem.

Más longe de nós querermos afirmar que a nossa inteligência é mero efeito da nossa insegurança. Esta, por si só, não poderia ser a causa da nossa inteligência, mas sim uma motivadora das nossas ações, uma estimuladora do nosso proceder, um aguilhão que constantemente nos aguça para que cuidemos de nós mesmos, para que a *cura* se processe, pára que fuçamos da *insecuritas* e para que alcancemos o máximo grau de segurança possível.

Sem esta segurança, sem este anseio de segurança, que é uma conseqüência também das nossas deficiências — porque não poderia algum ser inteligente almejar alguma coisa que já possuísse — esta insegurança é a motivadora das nossas grandes aspirações. Não desejaríamos nunca aumentar nosso poder, aumentar a soma de meios

técnicos de domínio do mundo se não nos aguçasse constantemente esse estado de insegurança que constitui também parte da sua própria condição humana. O ser humano toma consciência de uma insegurança biológica, fisiológica; preocupa-lhe a saúde do corpo, a presença das forças, o anseio de aumentá-las, para com elas poder realizar tudo quanto é exigente para a sua manutenção e seu bem-estar. É ele preocupado com sua insegurança psicológica, com os estados emocionais heterogêneos que o colocam, constantemente, em estados de oposição interna, de angústias, de contradições, que parecem vencê-lo, projetando-se ainda na vida social, na vida familiar, na vida coletiva, na vida econômica, na vida do direito, na vida ética, e até na vida religiosa, onde esta insegurança está sempre presente.

Não quer ele apenas sentir-se amparado nesta existência, porque, sendo inteligente, perscruta além dos limites da vida meramente material e penetra por terrenos desconhecidos; tendo ele consciência do seu desejo de mais e, conseqüentemente, do seu desejo de perfeição, aspira finalmente a alcançar os estágios mais altos. E o homem, precisamente por isso, porque é um ser capaz de colocar idealmente os termos finais da perfeição absoluta, pode transformar essa perfeição absoluta na medida qualitativa de tudo quanto faz e de todas as coisas que o cercam.

Por ele poder avaliar, apreciar valores, pode julgar da maior ou menor conveniência de alguma coisa, não só por uma estimativa simples, que também o animal possui, mas por uma estimativa intelectual, por uma comparação daquilo que ele constrói através dos seus conceitos e das suas abstrações, com os graus máximos perfectivos que correspondem à infinitude da própria perfeição.

Assim o homem pode sentir se há mais justiça ou menos justiça, se há mais sabedoria ou menos sabedoria, se há mais dignidade ou menos dignidade, porque ele está apto a meditar, a pensar e a construir o conceito de uma justiça absoluta e perfeita, o conceito de uma sabedoria que abranja todas as possibilidades cognoscitivas; e como ele é capaz de construir perfeições supremas, pelo menos na sua mente, sem que discutamos se há uma validade fora da mente humana, que na verdade há, ele pode então comparar os atos justos da sua vida, as manifestações da sua sabedoria, os testemunhos do seu poder; e então pode estabelecer uma gradatividade, porque em tudo quanto alcança, em tudo quanto realiza, sente e sabe que pode e poderia ser melhor, ser maior, ser mais completo.

É essa capacidade de comparar tudo quanto constitui a sua experiência com as perfeições absolutas das quais ele não tem a posse atual, das quais ele apenas vislumbra a sua grandeza e a sua glória, das quais ele tem apenas uma posse virtual, o que chamamos de

tímese parabólica (do grego *timos*, valor de apreciação, e *parábola*, comparação), esta comparação de valores, esta capacidade de comparar o que ele tem da sua experiência com a perfeição máxima, que ele não possui atualmente, mas que vislumbra virtualmente, permite ao homem poder realizar um julgamento de si mesmo, daquilo que faz, daquilo que empreende, e também de poder projetar uma promessa para si mesmo, um compromisso para si mesmo, de elevar-se cada vez mais.

Se não fosse assim, não seria o homem um ser apto a realizar uma progressão; isto é, avançar os graus (pro) para a frente (progredir, de progresso — do verbo latino *gredior*), de subir os degraus, porque, então, se satisfaria com o que é, sem mais aspirações, sem mais desejos, senão aqueles ímpetos naturais da sua animalidade. E é aí, precisamente, que o homem se distingue dos animais, porque estes apenas são animais, realizam apenas o que lhes impelem os impulsos naturais da sua constituição biológica, fisiológica e psíquica.

Mas o homem também é impelido por uma *oréxis*, por um apetite, por um apetecer para alguma coisa que está além da sua própria experiência, de alguma coisa que se coloca acima da sua atualidade, de alguma coisa que espera poder construir, que aguarda poder obter. É esta a razão, a profunda razão porque a esperança está sempre com o homem, sua eterna companheira, sua eterna estimuladora.

E eis também por que o tema da insegurança exige que se estude o da esperança. Porque o homem, dada a sua insegurança, e dada a sua *tímese parabólica*, dada a sua capacidade de apreciar o que tem, com as perfeições que ainda não possui atualmente, senão virtualmente, pode esperar pelo *ainda mão*, pelo que ainda não é, mas pelo que *pode vir a ser*. Ele pode aguardar pelo devir daquilo que não tem, mas que, se tivesse, melhoraria, exaltaria a sua própria vida. Ele pode, assim, volver os olhos para o amanhã, para o possível do amanhã, para um futuro realizável, no qual possa vencer a insegurança, para atingir um estado de segurança plena, de plena consciência, de certeza até, em que sua mente não mais trepide ante a possibilidade de crer, em que ela se manifestasse num assentimento firme e seguro de que está certa, absolutamente certa, sem possibilidade de errar.

Eis por que onde há esperança há sempre uma fé, porque a fé é este assentimento firme em o que ainda não se vê, ainda não se toca, ainda não é objeto dos nossos sentidos, mas cuja presença, cuja realidade aceitamos como verdadeira, sem que o nosso espírito trepide na dúvida de ser falsa a nossa adesão. Assim, para compreender-se a esperança, tem que se compreender a insegurança humana, pois o ser que atingisse a plenitude da segurança, a que

não abalasse mais nenhum estado de insegurança, este nada mais poderia esperar, não seria animado pela esperança, nem tampouco pela fê, porque já teria a posse atual da verdade, estaria plenamente satisfeito em si mesmo. A esperança, portanto, só pode caber àquele que ainda não tem; a esperança é o *ainãa não*, é de certo modo o *ainda não*.

Tema fabuloso que foi examinado por grandes filósofos de todos os tempos; se desejássemos fazer uma síntese, por pequena que fosse, das longas especulações em torno dessa matéria, teríamos de nos derramar por páginas e páginas, o que não julgamos necessário ante a finalidade dessa obra. E explicamos porque: o que nos interessa é compreender bem a esperança humana ante a insegurança humana e a fê humana; o que nos interessa é dispor dos elementos suficientes para procedermos à análise de uma época como a nossa em que vemos aumentar a insegurança, a desesperança e a ausência de fê. E como se o homem de hoje fugisse cada vez mais de si mesmo, se demitisse como homem, e muitos se demitem, buscando aproximar-se e a proceder como animais, a reagir como animais, a fazer renascer dentro de si instintos que já estão mortos, a deixarem-se arrastar pelos impulsos mais primitivos, que ainda exercem sobre nós um poder imenso, e nos transformam em verdadeiras coisas, ao sabor dos acontecimentos. Nesses momentos procuram afastar o olhar de si mesmos, da própria personalidade humana, fugir do homem, enganar-se de um modo impossível, daí o tremendo ridículo que apresenta a desesperança moderna, que não consegue atingir o trágico, não sai do campo da farsa nem do grotesco, não consegue tanger a grandeza dos altos momentos estéticos que o homem é capaz de criar.

Mas essa desesperança, esse estado de descrença, essa total falta de segurança não é alguma coisa que acontece sem uma razão de ser, porque nada acontece sem uma razão de ser; há um princípio de onde tudo isso se origina, e há causas de onde tudo isso sobrevém.

Não nos basta que apenas registremos esses fatos, nem que os deploremos, nem tampouco que acusemos aqueles que foram avassalados por essa queda. O que se impõe para nós é investigar também tudo quanto motivou o que acontece, e, quando essa análise for feita com o necessário critério, verificaremos, então, que o ser humano violentou uma série de pontos importantes, uma série de valores sagrados, que deveria respeitar sempre, e que não se poder violentar impunemente, porque, inevitavelmente, os prejuízos que decorrem são os mais maléficos e também os mais terríveis. Colheremos o que plantarmos e se plantamos o mal há de se colher o mal. O bem só poderia surgir do mal por acidente, nunca *per se*, como também o mal não pode surgir do bem se não por acidente, e nunca

per se. Se a nossa sementeira tivesse sido boa, se as nossas sementes tivessem sido bem escolhidas, não poderíamos hoje estar deplorando a colheita de frutos ácidos que estamos fazendo. Mas, se erramos, devemos compreender que isso decorre das próprias condições do homem, da sua própria natureza, que é apta a escolher entre futuros contingentes, em fazer e poder deixar de fazer, em preferir o melhor e afastar-se do pior. Se o homem tem essa capacidade, o que é comprovado pela experiência e pela sua própria condição humana, e é da raiz da sua natureza, o homem pode saber e deve saber que possui dentro de si todos os meios possíveis para escolher o melhor e para realizar o melhor. Portanto, somos responsáveis pelo presente, que é o resultado do que escolhemos no passado; somos muito mais responsáveis do que julgamos e é uma covardia nossa quereremos atirar essa responsabilidade ao Ser Supremo, fonte e origem de todas as coisas, como se Ele, maliciosamente, tivesse preparado para nós o estado de coisas vigente.

Se uma grande voz perguntasse no Cosmos: Quem responde por tudo o que acontece e o que nos venha a acontecer de grave, de ruim e de pior? Se houvesse sinceridade, honestidade no ser humano, ele teria de responder: eu, apenas eu.

III — A ESPERANÇA

Em face do exame da *insecuritas* do homem, paralelamente à *tímese parabólica*, conclui-se que o homem, em face do *ainda não*, em face do futuro, pode aguardar, esperar a realização de algo que julga possível. Esperar é, portanto, uma atitude radicalmente humana, tão profunda como a insegurança; é uma virtude humana, porque há nela uma habitualidade do bem. E vimos que o amortecimento da esperança implica, necessariamente, uma fé, um estado de assentimento forte da nossa mente sem temor de erro, sem a menor trepidação. E o homem, este caminhante pela vida, é sempre alimentado por uma esperança, como uma compensação para o estado de *insecuritas* em que vive.

É evidente que estamos hoje ante uma tremenda exploração em torno da amargura e do desalento, da desilusão e até da angústia, da qual tem vivido e vive o homem moderno. Sabemos como esses aspectos foram explorados pelas filosofias da existência. Basta que volvamos os olhos para a literatura moderna, para que desde logo notemos que o desesperar é uma inquietação acentuada, uma agudização constante da nossa *insecuritas*, uma exploração em profundidade de tudo quanto nos coloca numa situação de dúvida, de ansie-

dade que é, por sua vez, estimulada por uma publicidade que parece satanicamente dirigida.

Multidões penetraram na descrença e na completa falta de confiança, não só sobre o futuro do homem nesta terra como no futuro do homem numa vida posterior. Mas a verdade é que, se passarmos os olhos através da história, verificamos que o ser humano, todos os vezes que se deixa avassalar pela descrença, coloca-se numa situação insolúvel, numa aporia constante, sempre ameaçado de resvalar para um abismo que o trará para todo o sempre.

É que, descrente, sem fé, sente-se o homem completamente desligado de sua origem e desorientado quanto ao seu fim; perde a sua raiz primeira e o sentido da sua finalidade; e daí desmoraliza-se ante os próprios olhos, a via que ele, como viandante, está percorrendo. Então a angústia apodera-se de sua alma e vê-se empolgado no torvelinho da própria existência. É o desassossego que o domina. Busca todos os meios de fuga aos problemas que surgem, não sabe mais como enfrentar a realidade que o cerca, as guerras, as lutas, a irreconciliação, a discórdia, a pobreza, as inquietações econômicas e políticas; em suma, tudo' que pode abalar as ordens dentro das quais ele tem de viver.

Em face desse espetáculo, não é de admirar que, cercado por circunstâncias adversas, o pessimismo dele se aposse, a dor o invada até o âmago, olhe seu semelhante como inimigo atual, e sinta-se finalmente, sem sentido, sem razão, sem porquê. A desesperança não se cinge a ser apenas uma tomada de consciência pessimista das nossas possibilidades. Ela se agrava por uma angústia que cresce constantemente; dela mesma surgem os frutos trágicos que ela produz. A tendência para o nada passa a ser uma aspiração, porque a própria existência humana deixou de ter sentido. Não é apenas a consciência da ameaça que nos cerca, não é apenas a consciência da nossa fraqueza e da nossa insegurança; é que, a pouco e pouco, fortalece-se dentro de nós uma certeza: a da nossa inutilidade, a da nossa marcha para o abismo, a do nosso caminho para a morte; então vive-se morrendo, morre-se morrendo, e não se vê outro destino para nós senão o desfecho final, que passa a ser anelado como um término, como um descanso, como um basta, porque a própria vida tornou-se impossível de ser vivida.

Esta é a trágica experiência que vivemos hoje. O ser humano constantemente é arrojado e é atraído por esse abismo; mobiliza-se toda a inteligência e pouco resta da força criadora do homem para julgar essa obra nefasta; e não é de admirar que surjam filósofos que venham proclamar que, no plano metafísico, o âmbito natural do ser é o nada.

Há umas palavras de Tomás de Aquino que devem ser lembradas. Diz ele: “Não é verdade que o movimento próprio de um ser que procede do nada dirija-se para o nada; a direção para o nada não é um movimento próprio da natureza, a qual sempre se dirige para o bem, que é o Ser. A direção para o nada apresenta-se precisamente pela falta desse movimento próprio”. Diz ele em sua obra *De Potentia*, e diz bem, porque tudo quanto é, quer afirmar-se, quer conservar-se, quer perdurar. O ser é uma perduração de si mesmo, é o testemunho de si mesmo. Mas, perguntaríeis: não há um anelo para o nada? Não há um desejo de estancamento, de niilidade? Não há um cansaço do próprio existir? Não somos, seres humanos, tendentes para esse desfecho final? Não. Tudo isso é mentira. O que tem levado o homem a desejar o desfecho final da niilidade é apenas a ansiedade de libertar-se do estado aporético, da angústia do desespero, da falta de fé em que vive.

O homem de hoje cansa-se também de não crer; cansa-se também de não ter esperança; cansa-se de angustiar-se. Ele não pode perdurar dentro desses estados, porque eles não lhe são naturais. O que ele na verdade deseja, o que na verdade apetece, o que na verdade quer, é libertar-se desses estados impossíveis, desses estados contrários à sua própria natureza. Não é a sua liquidação, mas a liquidação desses estados o que ele quer na verdade; é a niilidade da descrença; é a niilidade da desesperança; é a niilidade da angústia.

Aqueles que dizem o contrário mentem, exploram a fraqueza das mentes humanas, para dar-lhes a impressão de que esse desejo de nada é um desejo de nada ser. Ao contrário, é um desejo desse destrutivo, desse nada que comprometeu a vida humana, que a angustiou, que a ensombreceu, que a tornou trágica. O homem mais uma vez volve-se para a vida; todo esse desejo, todo esse anelo, todo esse afã oculta a sua verdadeira intenção; esta é a verdadeira intenção do ser: afirmar-se, testemunhar-se, perdurar, fortalecer-se.

Por isso é que, radicalmente, ante a insegurança que somos e em que vivemos, a esperança é a nossa salvação. É uma exigência da nossa vida. Dela não podemos nos afastar, dela precisamos, porque o desespero não pode ser a resposta às nossas grandes interrogações, porque o nada, nada responde, o negativo apenas nega, e o homem quer, na verdade, afirmações.

A resposta verdadeiramente que nós pedimos é essa: a que dá positividade, a que testemunhe a sua própria realidade. A única maneira que temos de poder enfrentar o avassalamento de idéias modernas, estimuladoras da angústia e do desespero, consistirá, precisamente, em desenvolvermos o tema da esperança como um tema antropológico, como uma das especulações mais importantes do

homem; aprofundarmo-nos na sua radicalidade, verificarmos que ela é fundamental para a manutenção do homem, que ela é a melhor das respostas às suas verdadeiras aspirações, que ela, enfim, é a única possibilidade de dar vigor à vida presente, a animá-la para uma elevação cada vez maior.

Não poderemos anular a peçonha da discórdia, da dúvida, da descrença, da desesperança, que envenenam e fazem definhar tudo quanto há de positivo no homem, se não procurarmos na esperança este poder positivo, animador, revivificante, restaurador da saúde mental do homem moderno.

Nós recebemos este termo *esperança* do latim *spes*, donde vem também o nosso esperar. Os gregos chamavam-na de *elpis*, desejar ou querer alguma coisa ardentemente, que do *velle* latino, querer, vem *voluptas*, *voluntas*, de onde *voluptuosidade*, *volição*, etc.

Quem espera alguma coisa espera o *ainda não*, o que pode acontecer. Mas quem espera ardentemente por alguma coisa e a deseja, porque espera o que lhe será um bem.

Não vamos nos interessar pelas discussões filosóficas em torno desse tema, se não na medida e no alcance em que nos possa auxiliar para a finalidade desta obra. Todos os que a estudaram com proficiência encontraram nela o desejo ardente de algum bem para o qual a nossa atenção expectante se dirija, aguardando o seu suceder. Desse modo, encontra-se uma raiz da esperança nos movimentos afetivos. Ela pertence em grande parte à afetividade; e dizemos em grande parte, porque também pode ser delineada pelo entendimento, clareada em seus termos, de forma que pode ser também um produto da cooperação entre a vontade e o entendimento.

Mas outra característica se notou: é que aquilo que se aguarda, aquilo pelo qual se espera, é algum bem que *não é fácil de obter*, é *um bem difícil*, é um bem árduo, e é precisamente por essa característica de ser árduo, que ele move com intensidade as nossas paixões. Há na esperança, um apetite, uma *oréxis*, um desejo para algo que é um bem possível, mas difícil de se alcançar, um bem que está no futuro, mas que se distingue de qualquer desejo comum por um aspecto específico: é que essa tensão expectante é para algo determinado, e para algo que se tenha confiança de se conseguir, embora reconheçamos que há maior dificuldade em obtê-lo. Por isso os antigos psicólogos diziam que a esperança é uma afecção, é uma paixão original própria do apetite irascível; não é uma simples

concupiscência, porque acrescenta a confiança de que é possível vencer as dificuldades que possam ocorrer para a consecução do objeto, e é por isso que esse bem é um bem árduo, árduo porque é difícil de ser obtido.

A esperança humana tem essas características; ela é, sem dúvida, um movimento da vontade, que tende para esse bem árduo, difícil de ser obtido, mas possível, do qual ela tem a expectativa e a confiança de obtê-lo. E esta direção, esta *oréxis*, dirige-se para as empresas humanas, para aquilo que podemos obter aqui na nossa vida, no decurso da nossa existência, não só individual como das gerações; e também para algo que ultrapassa esta própria vida, para algo que se coloca além da nossa existência. Deste modo, poderíamos distinguir dois tipos de esperança; uma esperança terrena, uma esperança para as nossas próprias realizações, e uma esperança que ultrapassa a nossa vida, que é aquela que surge na religião com o nome de *esperança teologial*.

Porque, apesar dessa firmeza indefectível que tem o ser humano quando espera com esperança que irá obter o bem árduo, o bem difícil, ele, contudo, sabe que nem tudo que ele deseja, que nem tudo a que ele aspira lhe será dado' aqui, devido aos limites da sua existências, às deficiências do seu próprio ser. E então, como ele tem um aspirar mais amplo, um aspirar que ultrapassa esses limites, e não pode admitir que este aspirar seja ruim e que é ao mesmo tempo para ele a certeza de uma afirmação rigorosa e justa, aguarda que alcance depois aquela plenitude que não se pode conciliar com a sua limitação, que as suas deficiências não podem adequar-se mas que todo o seu ser afirma não ser uma impossível, todo seu ser afirma que lhe foi prometido, pois há vozes interiores que lhe dizem que é uma herança que lhe cabe. Por isso ele crê, ele confia, ele sabe que a sua esperança não será defraudada, e que o bem anelado um dia lhe caberá.

Dáí dizer São Paulo, na sua *Epístola aos Romanos*, porque “com esperança estamos salvos; que a esperança que se vê já não é esperança, porque alguém vê o que esperava, mais, se esperamos o que não vemos, com impaciência esperamos.” Nos Salmos encontramos: “Porque Tu, ó Senhor, és a minha esperança, minha confiança desde a minha juventude.” E mais adiante diz ainda São Paulo: “. . . Sábedores de que a atribulação produz a paciência, a paciência produz a virtude provada, a virtude provada a esperança e a esperança não ficará confundida.”

É a esperança uma virtude teologial do cristianismo, mas também não podemos negar que nós a encontramos em todas as grandes religiões dos grandes ciclos culturais, porque o homem não se com-

pletaria a não ser por ela. Assim poderíamos dizer, para dar uma definição a gosto nosso, de linha matética, que “a esperança é a oréxis de um ente racional, apta a promover uma tendência extensiva, expectativa, consciente ou não, para um bem árduo, possível, cuja posse ainda não é atual, mas que julgamos atualizável.”

Deste modo encontramos, da maneira como expomos, a esperança, primeiro como própria de um ente racional, própria de um ser inteligente, quando ela tem essas características, muito embora posamos falar, como mais adiante veremos, de uma esperança animal, da qual também tratou Tomás de Aquino.

Ela é uma *oréxis*, é um apetite, é um anelo desse ente racional, mas um anelo capaz de promover uma tendência, promover uma série de processos que se estendem não só numa atitude de expectativa mas também de promover ações dirigidas, as ações para um bem, para algo conveniente à nossa natureza, mas um bem árduo, um bem de difícil consecução, mas possível; um bem que não esteja longe da nossa natureza; um bem que não esteja em contradição conosco, cuja posse, consciente ou não, não a temos, mas que julgamos que se pode tornar atual. E dizemos consciente ou não, porque algumas vezes já temos e não sabemos que já possuímos o bem anelado, que está virtualmente a nosso dispor, mas que não soubemos atualmente aproveitar todas as possibilidades que ele oferece. Por isso a posse não é atual, não está realizada, e o bem se coloca para o futuro, mas para o *nosso futuro*.

E a esperança, e é importante considerar este aspecto da nossa definição, é apta a promover uma tendência, uma ação para este bem, porque uma esperança que fosse apenas passiva poderia muitas vezes defraudar-nos, enquanto que, tendo, porém, a confiança na obtenção do bem, leva-nos a promover algo para consegui-lo, nós dele nos aproximamos com muito maior segurança.

Assim esses impulsos que nos levam a realizar o desejado implicam a consciência da indigência por nossa parte de alguma coisa, e só estamos realmente amadurecidos para a esperança quando temos consciência da nossa pobreza, do que nos falta; e só aí que poderemos dirigir a nossa espera para o porvir, para a posse daquele bem desejado, a qual nos dará a satisfação do nosso desejo e o gozo que daí decorre, que já é uma paga ao anelo que nos animou.

Mas um dos pontos importantes da esperança está em considerar que este bem anelado, além de árduo, é possível, porque o que vai distinguir a esperança da desesperança é precisamente saber-se que o bem desejado é impossível de ser obtido. Quando surge em nós a essência dessa impossibilidade, toda a nossa espera perde a sua

razão, deixa de ser segura, e então parece inútil e infundada. É mister, para que ela se forme, que tenhamos confiança em obter esse bem árduo.

Mas cuidado, para que essa nossa confiança não se transforme numa audácia, não se transforme também num otimismo vão, não se transforme num excesso que seria a *presunção*.

A deficiência da esperança é a desesperança, mas o seu excesso é a *presunção*. E se desesperamos daquilo que nos é possível conseguir, erramos, como também erramos quando *presunçosamente* julgamos fácil a aquisição do bem que nos é árduo.

Estamos assim ameaçados de dois extremos perigosos e que têm sido a causa de muitos de nossos males : desesperar ou presumir que é fácil alcançar-se o que na verdade é difícil. É compreensível, pois, que a esperança também possa ser alimentada; e ela tem muitos alimentos: um destes é o saber, a prudência, o conhecimento; porque, graças ao conhecimento, graças ao saber, graças à técnica, graças, em suma, a todas essas conquistas fundamentais do homem, podemos ampliar as possibilidades da nossa própria esperança, porque podemos tomar mais possível e conseqüentemente menos árduo o bem desejado. Eis por que a esperança não se pode desligar de tudo quanto mais constitui a concreção do homem e está exigindo não só o amor, não só o afeto, não só a *oréxis*, mas uma maior afetividade, um maior conhecimento, uma incitação da nossa tensão, um esforço, uma diligência, um emprego de meios sistematizados para que tornemos possível, e mais rápida, a consecução do bem desejado.

Temos de prosseguir a estudar estes pontos e, sobretudo, saber se dispomos desses meios, se com eles podemos contar, se podemos mobilizá-los para o nosso bem, e assim tornar fácil ampliar cada vez mais a resposta mais segura, mais certa, à pergunta que fizemos: Brasil, um país sem esperança?

IV — A ESPERANÇA HUMANA

A presença da esperança no homem é, ademais, a maior prova da sua racionalidade e uma das suas profundas diferenças para com os animais; não que não se possa falar também numa certa esperança animal, porque, como dizia Tomás de Aquino, a observação dos animais nos mostrava que eles se movem não só para os objetos presentes, mas também para os ausentes e futuros. Bastaria considerar o instinto admirável das abelhas e de outros insetos, que armazenam provisões para enfrentar o inverno, e dizia ele: “Se o cão vê a lebre ou o falcão vê a ave muito distante, não se movem em direção à

sua presa e não esperam consegui-la; mas se a presa está perto, movem-se como sob a esperança de consegui-la.” Mas o que falta nesta esperança é o conhecimento próprio e formal do futuro pondo o objeto como possível; a previsão, o pressentir antecipado é dado aos animais de maneira instintiva e impressa na sua estimação natural. Podem os animais, sem dúvida, ordenar seus movimentos presentes para o futuro, dirigidos, positivamente, pelos seus instintos naturais, com aquilo que receberam da natureza. Mas a vontade do homem oferece distinções muito grandes: é que ele estabelece não s<5 uma mera estimação natural, mas como que uma estimação de caráter racional. Ele compara valores, faz comparações que ultrapassam as informações que seus ímpetos naturais lhe podem dar; há exigências outras de comparações que o animal não pode ter, há escolha de meios, de instrumentos, inclusive para preparar o caminho, para alcançar a atualidade do bem esperado, em cuja escolha há uma perfeita atuação, um perfeito processo racional que o animal não tem, porque toda a motivação animal é puramente instintiva e no homem é motivação de caráter intelectual.

Queremos com isso salientar que também a esperança tem um fundamento real em toda a vida biológica e a tem porque a *insecuritas* não é uma situação exclusiva do homem; a *insecuritas* é própria de todo ser finito, de todo ser deficiente, de todo ser que não atinge a completude absoluta de ser, como é todo ser natural, todo ser que nasce, todo ser que tem um início, todo ser que exige uma causa eficiente, outra que ele, para que ele seja; todo ser que não tem em si próprio a sua razão de ser e que não principia em si mesmo. E todo ser nestas condições revela uma situação de vacilação ante a existência e busca conseqüentemente colocar-se de modo a poder afirmar-se em si mesmo, a perdurar em si mesmo, conservar em si mesmo; daí terem chegado alguns autores a dizer, que existe uma esperança cósmica. Toda a natureza cósmica é uma grande esperança na sua própria afirmação. Sim, analogicamente à esperança humana, poderíamos admitir essa semelhança; mas a nossa esperança, aquela da qual teremos de tratar, distingue-se desta, porque a nossa não só se refere às coisas que podemos obter nesta vida, como também aos bens que são prometidos numa outra vida.

Então, medianamente entre essa esperança animal e cósmica, poder-se-ia colocar uma esperança biológica. Há, na vida, um apetite natural para afirmar-se. Todo ser vivo, racional ou não, tem uma tendência nativa para seguir sendo o que é, para realizar-se na plenitude de si mesmo, se não se desabrocha nele a consciência dessa situação, como acontece na vida vegetal e animal. Contudo, não se

pode negar que há o que chamamos na linguagem popular de “gana de viver”, uma apetência para seguir vivendo, para afirmar-se no futuro, uma tendência para realizar o *ainda não*, um desejo de atualização constante da sua própria especificidade e da sua singularidade, um dirigir-se constante para o bem futuro, possível, embora árduo.

É esta a razão por que possui a esperança raízes muito mais profundas; em face da *insecuritas* humana, que no homem se torna consciência, a esperança ressalta com mais vida, com mais força e também se torna consciência; e esta é a razão porque se apresenta dentro de uma estrutura ontológica completamente nova, a *forma* do esperar humano; apresenta a atividade criadora completamente nova, porque tende toda aquela ação humana que for genuinamente criadora a fazer com que o *ainda não* se realize. Esta chamada esperança natural, que surge da nossa natureza, por todas essas razões de que falamos, não foi bem compreendida pelos escolásticos, porque estes, dirigidos apenas para a esperança teológica, nem sempre se preocuparam, como deveria ser, com esse esperar ativo, que confia em suas próprias forças e nos recursos de que dispomos nessa expectativa passiva e às vezes incerta, e que outras vezes é otimista e ativa, e confundiram-na com a despreocupação, com a confiança vã, com a confiança mal fundada, com a falsa esperança, que é o mero presumir de que possamos obter esses bens árdios e possíveis, sem exigir de nós qualquer esforço, esperança de que nós, brasileiros, dela terrivelmente padecemos, e que terá de ser mais adiante um tema especialmente tratado.

Não se pode identificar a esperança apenas com o amor e o desejo; não é somente amar, desejar, apetecer, ter *oréxis* para algum bem futuro, ainda não possuído para que se manifeste a esperança; ela exige mais, ela exige esta promoção ativa, este tender extensista, e não meramente expectativo, para a obtenção desse bem. Não podemos esperá-lo como alguma coisa que nos será dada, mas como algo que conquistaremos. Temos de ter confiança em nossas forças e em nosso poder para alcançá-lo e também nos meios que empregaremos para obtê-lo, mas cuidado sempre com a presunção, que é precisamente um excesso da esperança, é o excesso de *oréxis*, é o excesso do apetite, que julga que basta apenas apetecer, apenas desejar, para que alguma coisa aconteça segundo este próprio desejo, este próprio apetecer.

A verdadeira esperança, conseqüentemente, exige esta promoção, exige esta projeção para o futuro, exige um projeto, exige que se esboce o que fazer. Deste modo, a verdadeira esperança determinasse a uma ação, e conseqüentemente a uma *práxis*, e passa a atuar dentro do campo da *práxis* humana.

Ela pode ser também uma esperança universal quando se espera por todo o bem, por todos os bens particulares, e quando a aspiração não se dirija apenas ao bem supremo, como é próprio da esperança teologal, mas incluindo todos os outros ao alcance das nossas mãos nos diversos lanços do caminho da nossa vida. Por isso é que se percebe que é da dinâmica da esperança ter, como término final, a felicidade, e esta seria então o apaziguamento da própria *órexís*; não a *apathéia* dos estoícos, que é a liquidação do nosso apetite, passando nós a sermos apenas entregues a nada aspirar, julgando já ter tudo que era possível de ser aspirado.

O término, que seria esta felicidade de plenitude, nós sabemos, e ninguém é ingênuo para acreditar o contrário, não poderemos conseguir nesta vida, mas podemos, sim, alcançar bens particulares em número cada vez maior, sem que isto seja necessariamente um instrumento para destruir em nós a aspiração suprema, que é característica da esperança teologal.

Meditando bem sobre tudo isso, poderiam os homens religiosos não ter mais aquele temor que tiveram contra essa esperança humana, temor que levou alguns adversários das idéias religiosas a afirmar: "alcance-se o bem-estar humano e adeus igrejas e religiões", como se fosse verdadeiramente real que apenas anima o homem o desejo da obtenção dos bens particulares, como se não houvesse, dentro de nós, um ímpeto mais longínquo, um desejo de eternidade, um desejo de infinitude.

Muitos homens religiosos temeram pela humanidade; mas, estariam totalmente errados? De certo modo sim e de certo modo não. De certo modo sim, porque, realmente, em muitos homens, a esperança teologal está abafada, está dominada pela aspiração dos bens particulares e próximos, e esta tem sido a razão por que quando eles os obtêm, sentem-se de tal modo satisfeitos como completados no seu querer e no seu desejo, que não ouvem mais a voz de uma aspiração superior. Mas se não ouvem mais a voz é porque seus ouvidos ensurdecaram, e não que esta voz se tenha para todo o sempre apagado' dentro deles; e a prova é que em pouco tempo a própria posse desses bens satisfazendo suas aspirações anteriores não lhes é mais suficiente para lhes dar a tranqüilidade desejada.

Outra vez a angústia deles se apossa, outra vez estreita-se a sua alma, outra vez encontram-se no desfiladeiro da amargura e a discórdia surge outra vez entre eles e a vida. Deles se apossa o tédio e o cansaço e se não se põem a ouvir esta voz para a qual ensurdecaram os seus ouvidos, deles se apoderará o desespero e com o desespero a sua liquidação. Podem procurar, depois, em todos os derivativos que inventaram, a saída para esta situação, mas serão

portas falsas que não darão acesso à via de libertação mas à vida de novas escravidões, que tornarão o homem cada vez mais miserável, cada vez mais infeliz. E esta realidade, que é palpitante, que é cotidianamente verificável, que é multiplicada nos exemplos que a vida nos oferece, deveria ser acentuada com maior intensidade por estes homens religiosos, temerosos dos bens materiais, para que mostrassem aos olhos de todos que esses caminhos são falsos e não levam aos fins desejados, mas sim a desvios da via real, que faz com que o homem se extravie e se perca no desespero e no inferno de uma vida sem finalidade e sem encontrar uma esperança de libertação.

Não queremos confundir as duas esperanças. Mal procederíamos se assim o fizéssemos; a esperança genuinamente cristã não versa totalmente, senão muito parcialmente, sobre os bens deste mundo, mas também versa sobre eles, como veremos mais adiante. Mas este é um objeto muito secundário, porque o principal da esperança cristã é precisamente Deus, a bem-aventurança eterna, que é objeto primário da esperança cristã que assim foi definida por São Tomás, por Pedro Lombardo, e que encontramos, também, em São Paulo; esta bem-aventurança equivale à vida eterna, proposta na revelação pelas escrituras. O reino de Deus é apresentado nas escrituras como um objeto da nova esperança. Os cristãos dos primeiros séculos esperavam comumente a manifestação gloriosa do reino de Deus, a vinda de Cristo, o juízo final e a bem-aventurança para os justos e a condenação dos pecadores. Não se julgue, contudo, que dentro do pensamento cristão se tenha tomado uma atitude de desinteresse por este mundo, que não haja também uma esperança que se dirija às coisas deste mundo; São Tomás é claro em fazer esta análise, o que vem provar, contra a opinião de muitos, que apenas julgam que só há um objeto da esperança, que é a vida eterna. Este é o objeto principal no sentido teológico, cristão, mas ao esperar também aqui, também das nossas coisas, ao esperar das coisas que nos são próximas, a esperança dirigindo-se a bens futuros, árduos e possíveis de possuir, mas bens nossos, próximos, desta vida, como ela vai exigir uma promoção, e se esta é perfeitamente adequada para alcançar estes bens e é ativa, ela se torna uma verdadeira virtude, porque veremos que ela é viciosa quando cai ou no desespero ou na mera presunção.

Não vamos tratar nesta obra da esperança teológica; ela cabe aos livros que tratam de temas religiosos. Vamos tratar da esperança humana, dentro deste mundo, dentro das condições e do homem, e queremos saber se nós podemos possuí-la, se nós podemos responder dizendo que sim, que há uma esperança para nós, isto é, que podemos dar uma resposta positiva e oferecer um caminho àquela pergunta que fizemos desde o início: *Brasil, um país sem esperança?*

V — DO DESESPERO E DA PRESUNÇÃO

Ao tratarmos da esperança, mostramos que ela conhece dois caminhos viciosos: um por defeito, o outro por excesso. Por defeito temos o desespero; por excesso, a presunção.

Desesperar é um movimento inverso da *oréxls*; contrário ao da esperança; ambos referem-se a um mesmo objeto ou tema, mas em sentido inverso; se a esperança é ativa e confiada na aspiração ao bem árduo mas possível, a desesperança (ou o desespero) é a repulsa a este bem, é o fugir dele porque se considera que a sua consecução é impossível. Desespera-se, então, de consegui-lo; há uma retração do homem, pois o objeto desejado aparece-lhe inacessível. Eis porque o desespero é apresentado sempre na filosofia como uma privação da esperança. Mas é mais, é um retrocesso, é uma repulsa até, porque ao ímpeto da *oréxls*, que aspira ao bem, corresponde o ímpeto de fuga, de afastamento, ao julgarmos que o bem árduo não é possível de ser atingido. Então o futuro se marca como uma impossibilidade, o árduo provoca uma intensidade emotiva de desespero, que é, sem dúvida, a repulsa a toda a esperança.

Mas há muitos modos e formas de surgir a desesperança, tantas quantas as formas de surgir a esperança.

A desesperança pode surgir porque não fomos capazes de bem analisar o que desejávamos, de modo a parecer impossível a sua consecução. Outras vezes ela surge também de um cansaço, de uma deficiência da vontade em promover as ações necessárias para vencer o bem árduo. Há, sem dúvida, uma diferença gradativa entre desespero e desesperança. Pode-se estabelecer uma diferença na sua intensidade. Se o desespero é uma desesperança, há nele a marca de uma tristeza, de uma mágoa, de uma insatisfação profunda, enquanto que a desesperança às vezes pode se apresentar mais leve, mais suave, mais conformada. Nós nos conformamos muitas vezes com a desesperança, mas nunca com o desespero, e eis a razão por que, se erramos em nossos cálculos e recuamos por fraqueza da nossa vontade, a culpa desse desespero e dessa desesperança nos cabe. Somos nós que seguimos uma tendência viciosa, somos nós que não tivemos o cuidado suficiente de analisar os fatos para saber até onde poderíamos ir, quando não estamos viciados pela pusilanimidade e, muitas vezes, pela covardia. E muitos caem no abatimento, refugam da realização de obras grandes e difíceis porque são pusilânimes, porque são covardes.

Há desespero, porque nós o queremos; se bem o examinarmos, não podemos nos considerar desesperados porque não pudemos atingir, nesta vida, aquilo que não lhe é proporcionado, porque isto seria,

pedir mais do que é possível pedir, seria como a árvore que se entregasse ao abatimento porque não tem olhos para ver, ou o pássaro que não tem aletas para nadar, ou o homem que não tem asas para voar. São faltas que não nos são devidas, são faltas de algo que não nos cabe à nossa natureza, e um desespero, fundado nestas faltas, é um desespero irracional, sem base, sem a justa apreciação. O que se precisa saber é se realmente a desesperança é constitutiva da existência humana, do mesmo modo que é constitutiva a esperança. Sim, se se pensasse que todas as ilusões propostas pelos homens, que todos os sonhos que foram construídos, que todas as impossibilidades que foram imaginadas, deveríamos tê-las por direito, então poderíamos dizer que sim, que a desesperança seria constitutiva da existência humana. Mas não foi dado ao homem a inteligência e com ela ele não superou as suas forças? Sem asas, ele não voa melhor e mais longe e mais alto que os pássaros? Sem aletas, não penetra ele nos mares e não os domina? Não pode o homem construir instrumentos que prolongam os seus meios de domínio sobre as coisas do mundo? Não foi tudo isso dado ao homem graças ao emprego da sua inteligência? Então, o que não lhe deu a natureza tem-lhe dado o saber. O homem tem aumentado, multiplicado o seu poder, graças à sua inteligência e também, sobretudo, graças à sua esperança, porque foi confiando nestas possibilidades e usando dos seus meios cognoscitivos e dos meios de domínio que ele foi alcançando, a pouco e pouco, os degraus mais altos da evolução e do progresso técnico-científico.

Aqueles poetas românticos que exploraram as nossas deficiências porque a natureza não nos deu certos poderes e, com isso, agravaram uma paixão, um estado emotivo do homem, esqueceram de mostrar quanto de grande a sua inteligência lhes permitiu fazer e como superou tudo quanto a natureza lhe poderia dar.

Por isto temos de olhar com muito cuidado os propagandistas do desespero, aqueles que constantemente exploram as nossas deficiências para acusar a nossa vida de um mal que é vencível e não de um mal que é fundamentalmente próprio dela, do qual ela nunca se poderia libertar.

Há uma desesperança teológica, que é um preâmbulo, sem dúvida, de todos os vícios, e da descrença, e da falta de caridade, e das grandes derrotas humanas. Esta surge da desesperação negativa, daquela falta de fê, daquela descrença e do ateísmo que provocam verdadeiras catástrofes no ser humano: descrença na ética e que produz, afinal, angústias, abatimentos, torturas, desilusões e, finalmente, um desejo incontido de niilidade, de extermínio, de aniquilação. Toda essa desesperança, provocadora de distúrbios psíquicos, termina por mostrar que todas as nossas empresas são difíceis, que

tudo surge em cores negras como vitórias impossíveis, e então a tristeza e o pessimismo, que sempre nos *rondam*, se aproximam dos desesperados, terminam por dominá-los completamente, e o homem decai, e o homem perde a confiança em si mesmo, e o homem demite-se da sua própria humanidade.

Há remédios contra essa desesperança. São muitos. As religiões oferecem inúmeros, mas também na vida prática o homem encontra muitos outros. Há necessidade de conhecer as nossas forças e as nossas possibilidades para que não abriguemos dentro de nós a esperança mal fundada. Nós, se olharmos ao nosso país nesse momento que ora vivemos, sabemos que a desesperança cresce, cresce assustadoramente, avassaladoramente, embrenha-se em todos os setores da vida nacional e parece como querer estabelecer um estágio definitivo, em que nos demitimos completamente do nosso papel histórico e nos consideramos, de uma vez por todas, uma nação sem esperança. Seriam estes que responderiam à nossa pergunta: Brasil, um país sem esperança? Diriam eles: sim, um país sem esperança, e sem recuperação.

Sem dúvida que isso não é uma impossibilidade; também podemos, como outros povos, cair numa desesperança sem fim e sem remédio, podemos repetir a história, porque a história também se repete. Mas o que resta saber de nós é se queremos repetir essa parte da história, ou se queremos repetir outra, a daqueles que vencem as suas derrotas, daqueles que superam as suas fraquezas, daqueles que se afirmam e vão buscar, na sua esperança positivamente bem fundada, o esteio e a força para realizar alguma coisa de maior. Temos de tomar consciência do momento que passamos. Somos responsáveis pelo que vier a acontecer de melhor ou de pior. Vai depender exclusivamente da nossa escolha, da nossa ação, das promoções que fizermos; ou ficaremos numa expectativa passiva, deixando que a decadência nos avassale, ou enfrentaremos o desafio da história para nos impormos, como já nos impusemos algumas vezes, no decurso de nossa vida.

Volveremos a tratar desse ponto, mas antes precisamos prosseguir no estudo do desespero e da presunção.

A presunção é outro erro contrário à esperança. É o segundo erro. É uma grave enfermidade da nossa alma e muitas vezes estabelece um desfecho fatal. Contrapõe-se à esperança por excesso, por excessiva imoderação do próprio esperar. Presunção significa, etimologicamente, tomar excessivamente alguma coisa; e ela consiste, psicologicamente, no ato intelectual de pensar arrogantemente sobre a própria excelência, em julgarmos que o que é possível atingir não é um bem árduo mas um bem fácil, um bem para o qual nos basta apenas uma expectativa passiva, porque adviria para nós como uma

decorrência fatal. A presunção é verdadeiramente destrutiva, porque a verdadeira esperança exige a promoção de atos para alcançar esses bens árduos e possíveis, enquanto que a presunção que é uma intemperança no esperar, é uma imoderação do próprio esperar, que nada faz, que nada realiza para atingir o bem, aguardando que ele nos sobrevenha, sem que de nós seja mister o uso de qualquer esforço. É um erro imperdoável, porque leva à desídia, à não perseveração nos trabalhos e nas realizações, leva a uma expectativa falsa, a uma aceitação sem fundamento e, conseqüentemente, a presunção pode terminar por ser geradora de grandes desesperanças porque, não se alcançando o bem desejado, tende-se a atribuir a culpa não a nós, que nada fizemos para alcançá-la, mas a uma entidade abstrata, como o destino, a fortuna, a sorte, o fato, ou até a acusar o próprio Deus por não termos obtido aquele bem para o qual nada fizemos para alcançar.

E, se sofremos da presunção, nós, brasileiros, uma resposta terrível daríamos à nossa pergunta: Brasil, um país sem esperança? É o que vamos analisar, onde passaremos a estudar o que há de positivo em nós e o que há de negativo, porque só desse estudo nos será possível dar uma resposta devida a esta pergunta tão exigente e tão importante em nossos dias.

VI — O POSITIVO E O NEGATIVO EM NÓS

Ao estudar as duas formas defeituosas, ou melhor, as duas formas viciosas, que se colocam frente à esperança, vimos que uma delas se processa por defeito, que é a desesperança, e a outra se processa por excesso, que é a presunção.

Na presunção, vislumbra-se, sem dúvida, uma certa intemperança no esperar; tendo a esperança como objeto um bem árduo e possível, o homem pode alcançá-lo de duas maneiras: ou por suas próprias forças, ou, então, por virtude de outro, ou até pela intervenção divina. Em qualquer dos dois casos, pode dar-se um excesso de presunção, por confiar demasiadamente na própria virtude e nos meios de adquirir esse bem, quando, na verdade, ele excede a capacidade própria, e estende-se, assim, sujeito ao malogro, por julgar-se alcançável o que se coloca além das possibilidades, como há também presunção por intemperança no esperar um poder extra-terreno que, apenas movido pela misericórdia, dê o bem desejado, sem que, na verdade, se tenham méritos, nem nada feito para consegui-lo.

Nós, brasileiros, padecemos sobretudo dessas duas presunções: da primeira em menor escala, mas da segunda em grande escala. Da primeira, porque ainda poderíamos estudá-la de um outro modo, como aquele que julga fácil atingir a determinados bens árduos e

possíveis, mas nada faz para merecê-los; e da segunda por permanecer nessa expectativa passiva, demasiadamente otimista mas vã, por faltarem os meios postos em ação, as providências, as promoções para obtê-lo, e aguardar que tudo, em nossa vida, se possa solucionar pela intervenção do poder de Deus.

Na expressão popular, perdoável pela sua ingenuidade, mas expressiva na nossa imprevidência: “Deus é brasileiro”, julga-se que já nos cabe de direito, desde todo o sempre, que as coisas sucedam no país de modo a acobertar as nossas falhas, os nossos erros, os nossos desmazelos, e que o resultado final não seja a conseqüência normal das promoções por nós feitas, ou da desídia nossa, mas que seja um bem gratuito, dado pela divindade na sua misericórdia e na sua magnanimidade, apenas em consideração por sermos brasileiros.

E isso nos tem custado caro através dos tempos; não que preguemos a desesperança, mas o que não podemos defender é a expectativa passiva, é a desídia, é a covardia para enfrentar as conseqüências dos erros cometidos, é querer convencermo-nos de que basta apenas desejar uma coisa para possuí-la, e esquecemo-nos sempre de que tudo isso exige o emprego de meios e promoções, sem os quais não é possível atingir aquele final por nós anelado.

Nós, brasileiros, temos sido um povo imprevidente, um povo que não tem sabido organizar seu futuro; pior, que o tem desbaratado no seu presente, que tem consumido com antecedência os frutos do amanhã, que o tem comprometido pelos erros. Dirão: mas isso é apenas fruto da nossa ignorância, somos um povo de ignorantes, um povo que apresenta um dos mais altos índices de analfabetismo. Mas esquecemos de outro aspecto importantíssimo: provimos de raças imprevidentes, o índio era imprevidente, também o era o negro, e não primava pela previdência o próprio português. Era natural e normal que decorresse daí uma tendência à imprevidência e às presunções viciosas, pecados do nosso povo.

Temos tido, através dos tempos, elites que em alguns instantes puderam equiparar-se às mais elevadas elites do mundo. Mas não devemos esquecer que nunca fomos em toda a história governados pelo povo, nunca o povo brasileiro participou realmente da administração pública. Ela sempre esteve nas mãos das elites políticas, econômicas e intelectuais. Se há uma imprevidência do povo, também há uma imprevidência dessas elites, e elas poderiam ter tido uma melhor concepção da vida, porque tinham meios de conhecer e aprender com a história dos outros povos. Apenas uma parte da elite preocupou-se com o nosso destino. Outra parte preocupou-se apenas com os seus interesses e só preveniram o seu futuro e o estabeleceram com firmeza. Cuidaram do que *lhes* cabia apenas no âmbito pessoal e familiar ou do seu grupo, e esqueceram-se do

âmbito coletivo. Esses homens, aproveitando-se da pobreza do nosso povo, pobreza intelectual sobretudo, guindaram-se aos altos postos, para contribuírem em desbaratar as grandes riquezas nacionais.

Note-se que toda essa imprevidência nacional não é produto de uma escolha livremente realizada; a imprevidência nacional é, sobretudo, um motivo, e decorre da riqueza da nossa terra, das grandes possibilidades que ela nos oferece, dos meios relativamente fáceis para a sobrevivência. O homem que vive nas zonas frígidas do hemisfério norte tem de ser providente por uma necessidade de sobrevivência, porque as condições ambientais, circunstanciais, são-lhe tão adversas que, se não tomar as providências necessárias para enfrentá-las, não poderia perdurar. Mas o Brasil é rico, a nossa terra é dadivosa, nossos rios são piscosos, nossas matas ofereciam a caça fácil, as nossas árvores frutíferas surgiam por todos os campos, nosso clima era benigno, não estávamos ameaçados de catástrofes próprias das outras regiões do mundo; tudo para nós tornava a vida fácil. A imprevidência era uma decorrência normal de tudo isto, porque não havia mister preparar-se para longos invernos, para um inverno cujo controle escapava aos meios humanos. O nosso homem, com poucos meios técnicos, podia obter o alimento necessário para a sua manutenção, já que a conservação da sua vida não exigia tantos bens quantos exigem aqueles que moram nas zonas nórdicas e frias.

E não sabiam disso os nossos intelectuais, e não sabia disso a nossa elite? E não tinha a nossa elite de despertar no povo uma consciência sobre o amanhã? Não houve por acaso no Brasil homens de valor que ergueram sua voz e chamaram a atenção para esses aspectos? Por que esses homens falaram sozinhos, onde estava o coro para acompanhá-los, onde estavam os companheiros para segui-los? A nossa história é rica de homens de valor, que se podem colocar não só paralelamente aos maiores homens do mundo como até superá-los. Mas parte da nossa intelectualidade, educada em livros estrangeiros, e apenas valorizando autores estrangeiros, nada fez para despertar em nosso povo a consciência da sua verdadeira situação em face do mundo e do momento histórico em que vivia, e então o colocou no estado em que estamos, numa situação histórica para a qual não estamos devidamente preparados, e por isso hoje estamos sofrendo, no Brasil, de uma dissolução de idéias, de uma confusão que é sobretudo emanada ainda de certos intelectuais nossos que não conseguem formar uma consciência brasileira.

E tudo isso contribui para que continuemos pecando, e pecando por ignorância, e perseverando nos mesmos pecados, nos mesmos erros, presos à mesma presunção, crentes de que é possível surgir inesperadamente a solução, e como ela não surge, a nossa presunção está perdendo a sua força, e está ameaçando passar para a deficiência

e atirar o nosso povo a cair na desesperança. Então iremos passar de um pecado para outro, iremos passar de um erro para outro. Pusemos demasiada esperança em homens que não estavam à altura dos acontecimentos, cujo malogro foi uma decepção tremenda para as multidões; pusemos demasiada esperança em soluções que eram apenas teoricamente, e aparentemente, bem fundadas, mas que não correspondiam à nossa realidade e por isso, na prática, transformaram-se em malogros espantosos.

Estamos nesta situação; estamos perdendo a presunção, sem dúvida, mas não estamos encontrando a verdadeira esperança. Estamos, sim, ameaçados de ser avassalados pela desesperança; portanto, os dois extremos não nos servem, nem a presunção nem o desespero, mas somente a esperança genuína, a esperança válida, a esperança bem fundada, a esperança justa, a esperança que é virtude e não pecado.

VII — ANÁLISE DOS ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

Uma análise dialética concreta do que consiste propriamente o povo brasileiro *exige obra especial*. No entanto, para o tema que esta obra aborda, basta consideremos alguns aspectos suficientes para nos assegurar dados que nos permitam dar uma resposta à pergunta formulada.

Considerando o povo brasileiro pelos seus fatores emergentes, pela sua emergência, temos de considerá-lo na sua tectônica, que se divide em duas estruturas: a estrutura hilética, ou estrutura material do povo brasileiro, e a estrutura eidética, a formal. A primeira corresponde mais à matéria, no sentido amplo que lhe dava Aristóteles, e a segunda corresponde mais à forma, no mesmo sentido daquele filósofo. Ora, *hileticamente*, isto, é, na sua parte material, teríamos de considerar o povo brasileiro dentro dos seus aspectos etnológicos e examinar a constituição do nosso povo, que é heterogêneo. Temos um grande contingente de sangue índio do mais variado, o qual, também, por vez, revelava uma heterogeneidade na parte eidética, isto é, nas suas formas culturais; um grande contingente de sangue negro e um grande contingente, hoje o maior, de sangue branco. Podemos dizer que etnicamente o povo brasileiro revela uma grande heterogeneidade e conserva aderências de formas culturais próprias desses grupos étnicos que o formaram e que constituem uma verdadeira matéria para sofrer novas informações de caráter sociológico, de caráter histórico, de caráter jurídico, etc. Eideticamente, nos seus aspectos formais, temos uma unidade inegavelmente dada ao brasileiro pelo português, uma forma unitária de certo modo homogênea, porque todo o Brasil é Brasil, ou como se diz popularmente:

tudo é Brasil. E tudo é Brasil mesmo; e é uma grande verdade esta, porque encontramos, de norte a sul, de leste a oeste, uma certa homogeneidade eidética ou formal, embora encontremos variâncias etnológicas muito profundas. O português conseguiu dar a este país uma unidade que venceu e ultrapassou todas as peripécias e todos os perigos que a nossa história registra.

Temos de partir do seguinte: se etnologicamente temos um aspecto negativo, devido à heterogeneidade, e ainda à presença de aderências culturais heterogêneas de vários grupos culturais heterogêneos, contudo temos uma unidade eidética extraordinária, que devemos sobretudo à grandeza da obra portuguesa, que aqueles que a estudam mais profundamente poderão compreender. *Como não* nos cabe propriamente nesta obra fazer este estudo, registramos os seus resultados; mas se nos for possível faremos no futuro um estudo em profundidade desses aspectos, justificando esta nossa tese em relação aos fatores emergentes, ou chamadas causas intrínsecas, como o eram estudadas pelos filósofos medievalistas, e que não tem propriamente diferenças essenciais ante o que dissemos.

Quanto aos fatores extrínsecos, que são constituídos pelo ambiente circunstancial e pelo ambiente histórico, pela causa eficiente, pela causa final, que também constituem extrinsecamente um ser, vamos deixar de estudar a causa eficiente, porque não somos um povo autóctone. Quanto à causa final, isto é, para onde tendemos, o que desejamos, o que queremos, quais as nossas finalidades, é tema a ser estudado oportunamente. Mas o que nos interessa fundamentalmente são esses fatores predisponentes, ou essas causas extrínsecas, que são constituídas pelo ambiente circunstancial e pelo histórico-social.

Ora, se nós observamos bem o ambiente circunstancial, temos de incluir o geográfico, o meteorológico, o ecológico, etc., tudo quanto se refere ao *topos*, ao lugar, ao *ubi* onde se dá o Brasil. Estudando esse aspecto, verificamos que ele oferece aspectos positivos e também negativos: por exemplo, positivos no referente a certas facilidades para o desenvolvimento da vida humana, para a sua manutenção, para a sua perpetuação, porque o Brasil é praticamente um território aproveitável de norte a sul, de este a oeste, é uma terra cheia de riquezas, é uma terra que oferece meios extraordinários para o desenvolvimento de um povo, mas também é uma terra que, pelas suas condições, torna a vida fácil, torna a vida não tão sujeita aos perigos, às intempéries e às oposições, que outras regiões do mundo nos mostram, o que não permite a formação de um espírito de imprevidência, que é fundamental para o desenvolvimento de um povo. Sabemos muito bem que os nossos índios não eram suficientemente providentes, nem o foram os nossos negros, nem tampouco os portugueses que, embora tendo um grau de providência maior, não

tinham o suficiente para assegurar ao povo uma índole outra que ? que tem. Também se considerarmos os fatores do ambiente circunstancial, verificamos que essa providência não poderia ser estimulada, não poderia ser tão motivada quanto o devera ser; daí certas deficiências, certos aspectos negativos que revelamos.

Quanto ao histórico-social, que seria a constituição do elemento étnico no seu aspecto social e sociológico, temos de compreender o seguinte: primeiro, recebemos na formação cultural e histórica do Brasil um contingente de povos que estavam em graus muito primários de cultura. Os nossos índios representavam graus de decadência de culturas superiores pré-colombianas; os negros, que vieram ao Brasil, na sua maioria vieram das regiões mais recuadas em cultura e técnica da África. O elemento português, que veio para o Brasil, não representava, do ponto de vista técnico e cultural, o mais alto que Portugal possuía; a maioria dos que vieram para o Brasil foram agricultores, marinheiros, na sua maior parte analfabetos, ignorantes, homens que tinham uma determinada capacidade, um determinado conhecimento, dentro de um setor muito restringido.

Tivemos realmente algumas grandes cabeças de Portugal que ajudaram muito na formação do Brasil colonial, que apresentou níveis extraordinariamente elevados de cultura, trazidas por elementos portugueses e alguns estrangeiros, mas não o suficiente para elevar a nossa grande massa que cada vez crescia, mas crescia em primitivismo, crescia em primarismo, de modo que a proporção de primarismo não diminuiu, e até em certos aspectos aumentou, porque o número que compunha as camadas superiores não cresceu nítido grau como devera, para que o país se tomasse, com o decorrer do tempo, um país culto, ou, pelo menos, em que a população tivesse um grau de técnica e de conhecimento e de prudência mais elevado para fazer uma compensação às deficiências que provinham de outras origens, e como naturalmente a presença das aderências culturais inferiores tinham de atuar no nosso histórico-social, o homem que surgiu, as novas gerações, encontraram um ambiente circunstancial que não era muito propício para o seu desenvolvimento. Tínhamos normalmente de permanecer como um país primitivo e, enquanto a Europa progredia a passos largos, não podíamos seguir o mesmo ritmo, pelo menos na sua generalidade, porque a grande massa, a parte hilética da nossa população, não estava à altura desse desenvolvimento, apesar de termos tido elites no Brasil comparáveis às elites européias.

Fazendo agora uma espécie de combinação de todos esses fatores, vamos encontrar uma séria de aspectos negativos no nosso povo que são provenientes destas condições; uma miséria praticamente original, porque esta parte étnica brasileira, que constituiu a sua estrutura

hilética, não era possuidora da técnica nem de meios econômicos suficientes para um desenvolvimento posterior; e o Brasil é um país pobre, porque o nosso índio não tinha capitais, no sentido econômico, nem o nosso negro, nem o português, que veio para o Brasil, nem posteriormente o estrangeiro, que veio como emigrante. De maneira que o Brasil sempre se desenvolveu como um país carente de capitais, razão porque a sua economia tinha de sofrer certas restrições, certas deficiências, que outros povos não sofrem, porque esses povos, possuindo capitais acumulados através de gerações, podiam, aplicando-o à economia nova que surgia, atingir graus que nós não tínhamos possibilidade, porque não possuíamos reservas de capital para tanto, nem reservas técnicas, nem reservas administrativas; conseqüentemente, a pobreza, e até vamos dizer mesmo a miséria brasileira, tinha que ser acentuada e não podia deixar de ser; era uma das nossas condições. Por outro lado, tínhamos outras dificuldades graves, que perturbaram a adoção de métodos técnicos europeus: uma certa indisciplina por parte dos nossos índios e dos seus descendentes, porque sabemos que os nossos índios não têm o sentido do trabalho, da organização disciplinada na economia; o índio nunca poderia conceber uma ordenação de trabalho dentro de horários prefixados; gosta de fazer apenas o que lhe agrada; o negro, por sua vez, tremendamente sacrificado, sujeito às grandes explorações, experimentadas já na própria África, só considerou a liberdade no sentido da isenção de vínculos, apenas nesse aspecto genérico. Nunca sentiu a liberdade num sentido superior, como a capacidade de escolher entre futuros contingentes. Ele queria apenas libertar-se dessas algemas; mas quando se liberta dessas algemas, não é capaz de criar uma disciplina para si, ele não se organiza. Ele vai ter uma vida desorientada, desordenada e, em regra geral, cai não só como homem produtivo, como também na própria organização social. Dessa maneira o negro permanece na nossa cultura um tanto marginalizado, por razões sobretudo étnicas; e não ingressou ainda na cultura que temos, que é uma cultura européia, de forma que ele não tem essa facilidade de se tornar um trabalhador, senão sob ameaça, porque, inegavelmente, é do espírito negro, como tivemos oportunidade de mostrar em nosso livro “A Invasão Vertical dos Bárbaros”, que o negro não tem uma concepção do trabalho em sentido livre, libertário, de libertação do homem, mas sempre o trabalho como uma pena, como um castigo, como a determinação de um poder superior, que o ordena a trabalhar para produzir para outro, de maneira que o trabalho é sempre olhado por ele como alguma coisa que é o sinal de sua escravidão, de sua limitação, de sua falta de liberdade.

Esses dois elementos não se disciplinaram e os descendentes continuaram herdando esse espírito; de forma que, com esses ele-

mentos híléticos, constituídos das raças negras, das raças índias, que formavam o Brasil, nós não conseguimos estabelecer tipos de homens disciplinados para o trabalho.

Tínhamos por outro lado o português que, com seu espírito de trabalho, ajudou a dar uma certa disciplina, sempre naturalmente inferiorizada, nunca alcançando aqueles níveis de coordenação e de estruturação desejada. Esses elementos representavam e representam ainda aspectos negativos, dentro da nossa vida social. Mas ninguém pode negar que, apesar de tudo isso, com esse elemento, o português conseguiu realizar na América obras grandiosas; quer dizer que esse elemento era disciplinável, apesar de todas as suas deficiências. Mas o que é mais notável, e eis aqui o aspecto positivo, e que mereceria um estudo todo especial, é a capacidade criadora, de autonomia, a capacidade inventiva para resolver problemas, que possui nossa gente, em que, com menor esforço, atinja os mesmos resultados. É um dos aspectos positivos, extraordinários do nosso povo, que tem de ser considerado. E nessa capacidade criadora o povo brasileiro precisa ser estimulado a criar, pois tem uma capacidade de improvisação e de criação estupenda, que nenhum outro povo tem; e é mister deixar que a iniciativa, não só particular como de grupo, se processe livremente, porque ela dá soluções espantosas.

Como conseqüência do que havíamos estudado, vendo a formação étnica do nosso povo, encontramos uma tendência à indisciplina, que é muito normal em nossa terra e é gerada por esse espírito que vem do índio e do negro, que não tem capacidade de disciplina próxima, senão remota. A disciplina tem de ser imposta e não é livremente escolhida, não surge espontaneamente. Eis um aspecto negativo, que, contudo, não é um defeito invencível e pode ser corrigido.

Outro aspecto para nós tremendamente benéfico, mas, também, tremendamente maléfico, tem sido o que é natural nas Américas: o enriquecimento fácil. Na Europa, alguém para chegar à fortuna e à riqueza, em geral, tem de acumular através de gerações e de muito esforço; na América as fortunas se faziam da noite para o dia. Tal possibilidade era um estímulo para atrair aventureiros de toda parte, ansiosos desta fortuna; era natural que, na formação étnica dos povos americanos, a presença do homem de tipo aventureiro, do homem que vinha “fazer a América”, tinha de ser muito grande. E esse homem, quando malogravam os seus sonhos e os seus ideais, sentia-se um frustrado, um postergado, um traído, e conseqüentemente um elemento pernicioso, perturbador, revoltado contra tudo. Esse elemento, em vez de esforçar-se em constituir um fator progressivo, tornava-se em geral um elemento que contribuía mais para a disso-

lução, inclusive para a propagação de idéias européias dissolventes, que vinham perturbar e aumentar mais os nossos defeitos.

Ora, se considerarmos também essas condições que possuímos, é de compreender que a nossa política, desde o momento em que se fundamentasse, nas suas raízes, em bases populares, tinha de decair dos padrões elevados que apresentou, por exemplo, no fim do Segundo Império, e até no início da República, porque o nosso povo, dada a sua pobreza, a sua miséria, não só física como intelectual e também econômica, tinha de ser a presa fácil dos demagogos, e estes encontravam terreno fértil para semearem as suas idéias e até as suas promessas feitas sem a menor consideração e sem a maior possibilidade próxima de execução. Foram cometidos erros econômicos, muitos deles copiados de países estrangeiros, de condições totalmente diversas das nossas, que em vez de estimularem o desenvolvimento do país cortaram de um modo violento o próprio progresso da nação.

Considerando todos esses aspectos positivos e negativos, temos de prosseguir ainda mais, comparando uns com os outros, para podermos compreender que o estado em que se sente psiquicamente o nosso povo hoje é o de insegurança, que vai gestando uma desesperança, que vai marchar para o desespero, de conseqüências maléficas que decorrem de todo o povo desesperado.

VIII — RESPOSTA À PERGUNTA

Agora realmente já estamos aptos a oferecer uma resposta à pergunta “Brasil, um país sem esperança?” E nossa resposta tem de ter uma prévia explicação.

Em primeiro lugar, desde que o tema fundamental desta obra se cingiu à esperança humana, a esperança do homem quanto à conquista dos bens árduos e difíceis desta vida, teremos de dizer que o Brasil é um país que pode ser realmente um país de futuro melhor. É um país que ainda pode despontar na história, como uma grande nação. Tivemos três ou quatro grandes oportunidades históricas, que deixamos se perdessem por imprevidência e incapacidade nossa.

Nesta obra queremos citar o exemplo de Mauá (*). Nada de mais grave, ponto crucial para nós, o momento mais importante da nossa história, porque Mauá foi o divisor de águas, foi o instante em que se abriram as portas do nosso destino. Se seguissemos a linha recomendada por ele, se o tivéssemos compreendido, se tivéssemos

* Mauá (Barão e Visconde de) — Irineo Evangelista de Souza (1813-1889).

seguido as suas lições, hoje seríamos a maior nação do mundo. No entanto, perdemos aquela oportunidade; outras vieram; se não soubermos aproveitá-las, isso não impede que não se possa abrigar, em face dos aspectos positivos de que dispomos e dos negativos, que são vencíveis após as análises que fizemos, que não se possa abrigar, repetimos, uma esperança bem fundada, uma esperança que não é uma mera expectativa passiva, uma esperança que deve providenciar todas as promoções necessárias para que alcancemos uma situação melhor.

Há necessidade de que o povo brasileiro tome consciência mais nítida dos problemas nacionais, e não há outro caminho senão que ele se organize, para que tenha necessidade de estudar esses problemas e discuti-los, porque será nessas discussões, nessas assembléias populares, onde se debaterão esses temas, que ele a pouco e pouco irá conhecendo os problemas e também haverá possibilidade de se revelarem os valores genuínos do país.

A nossa conclusão, em suma, é a seguinte: podemos abrigar dentro de nós uma esperança com fundamentos reais e com exigências de promoções de caráter ativo. O que não podemos admitir nem desejar para este povo é a continuidade daquela confiança que era apenas uma expectativa passiva, que admitia a possibilidade de que as coisas acontecessem de modo benéfico, sem nada providenciar para que assim sucedesse; esta esperança deve ser, de uma vez por todas, descartada da nossa vida, porque ela somente nos prejudicou. Precisamos compreender que, para receber alguma coisa de bom, devemos merecer, e para merecer, devemos dar em troca muito da nossa atividade e da nossa boa vontade. Não basta apenas anelar, não basta apenas desejar, não basta apenas o querer. É necessário agir, é necessário uma *práxis*. Temos que criar uma *práxis* brasileira, que corresponda às nossas necessidades, e que possa fazer a cobertura completa de todas as nossas deficiências; e isso não pode deixar de ser senão por processos completamente diferentes e aparentemente falsos.

Vamos dar a seguir algumas soluções para o Brasil que podem ser aplicadas, por exemplo : dar à nossa democracia não mais o sentido representativo, mas sim o sentido de democracia direta e cooperacional com mandato imperativo. Muitos dirão: mas isso é impossível para um povo de ignorantes. Seria impossível para um povo de ignorantes, se quiséssemos que esta democracia direta e cooperacional funcionasse imediatamente. Mas, precisamente quando o povo for chamado à responsabilidade das coisas públicas, sentirá a necessidade de preocupar-se mais com o que acontece, preocupar-se mais em conhecer, preocupar-se mais em saber. Este caminho, que,

pensamos, só pode ser seguido por um povo eminentemente culto, pode ser seguido por nós, e deve ser seguido, porque será o único campo de culturalização do nosso povo.

E o caminho é que cada um compreenda que tem uma responsabilidade com a coisa pública, que tem responsabilidade sobre o destino da nação; dos males que nos acontecem, somos todos responsáveis.

Estamos certos que muitos, ao lerem estas últimas páginas, se colocarão numa posição de inteira descrença sobre as possibilidades por nós apontadas. Julgarão que este caminho não se adequaria a um povo cujo índice de analfabetismo é tão alto, um povo que revela também uma incultura tão grande; que esta solução só seria admissível a povos já possuidores de um grau de cultura que os poderia guiar para se dirigirem a si mesmos com a máxima segurança. Mas pedimos ao leitor que assim pensar que medite bem sobre esta verdade prática, que foi salientada por todos os sábios: aprende-se alguma coisa fazendo; o povo aprende o seu civismo cultuando a vida social, a vida histórica, dá-se dentro do mundo da *práxis*, da prática, no mundo da ação, e tudo quanto se dá neste é pela ação que aprende, é pela ação que se adquire o conhecimento.

No mundo especulativo, sim, há necessidade apenas das deduções, da especulação, mas no mundo prático é diferente, e o a que nós nos referimos, o de que tratamos nesta obra é uma parte do mundo prático, e aqui há necessidade de pôr-se em ação; a criança não aprende a caminhar senão caminhando. Precisamos ensinar o povo brasileiro a caminhar, precisamos ensinar o povo brasileiro a ser um povo dirigente de si mesmo, e ele não poderá aprender a fazer isso senão fazendo; e é fazendo, e é errando, e é sofrendo, que ele vai aprender.

Portanto, nós afirmamos: Brasil, um povo sem esperança? Não. Um povo com esperança, mas com uma esperança ativa, com uma esperança que tem de ser posta em ação.

Podem muitos argumentar que essas soluções oferecidas sejam de impossível realização, e talvez não se venham a realizar não por uma impossibilidade intrínseca, mas porque não disponhamos de uma vontade resoluta para pô-las em execução. Esta possibilidade está incluída na ordem das nossas condições. Mas o que não podemos deixar de afirmar é que esta é a única solução que nos resta; sem ela, nos tornaremos um país sem esperança, porque não terá a seu favor nada de positivo que se ponha em ação para realizar o que deve ser feito em benefício do seu futuro. Neste caso, seria ingenuidade acreditar que seríamos capazes de colher aquilo que não foi de modo algum semeado.